



Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ/MF nº 01.612.234/0001-52

1.1 Aos acionistas: Senhoras Acionistas, Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades do exercício de 2017, acompanhadas das Demonstrações Financeiras da Concessionária da Rodovia dos Lagos SA – CCR ViaLagos, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. **1.2 Apresentação:** A Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A., constituída em 10 de dezembro de 1996, tem como objetivo principal realizar sob o regime de concessão de serviço público precedido de obras públicas, a exploração da ligação viária Rio Bonito-Araruama-São Pedro D'Aldeia (RJ-124). A concessão prevê a prestação de serviços aos usuários e obras de recuperação, ampliação, manutenção, conservação e operação da RJ-124 mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente (Governo do Estado do Rio de Janeiro) pela outorga da concessão. **1.3 Destaques do Ano de 2017:** A Concessionária realizou investimentos de cerca de R\$ 200 milhões nas referidas obras. Entre as principais melhorias, destacam-se: a implantação da divisória metálica entre as pistas, alargamento das pistas nos dois sentidos; estruturação e pavimentação dos acostamentos, novos sistemas de drenagem e sinalização, implantação de passarelas; construção de retornos e travessias de pedestres. Com essa importante obra na melhoria da infraestrutura da rodovia, houve redução expressiva nos números de acidentes e vítimas na Rodovia dos Lagos (RJ-124). Os investimentos realizados pela CCR ViaLagos ainda contribuirão para que a rodovia fosse muito bem avaliada na 20ª edição da Pesquisa CNT de Rodovias 2016, divulgada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). Pelo terceiro ano consecutivo a RJ-124 foi novamente a única, dentre todas as rodovias que cortam o Estado do Rio de Janeiro, com o status "ótimo" em todos os quesitos avaliados: Estado Geral, Pavimento, Sinalização e Geometria. No ano de 2017 a CCR ViaLagos se destacou pela maior distribuição de dividendos, gerado pelo maior resultado líquido apurado no ano. Acréscimo explicado pela maior receita operacional proveniente do aumento do tráfego na rodovia, melhor gestão dos custos e despesas operacionais, além do melhor resultado financeiro proveniente da redução das curvas do CDI e IPCA ao longo do ano.

2. Estratégia e Gestão: 2.1 Gestão de Pessoas: A política de gestão de pessoas da CCR ViaLagos está pautada na valorização do capital humano e crença da capacidade criativa, realizadora e transformadora das pessoas, propiciando por meio do clima

Relatório da administração

organizacional, qualificações e oportunidade, o caminho para o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus colaboradores. A quantidade de colaboradores próprios em 2017 foi em média 173. Neste ano a concessionária investiu em programa de capacitação técnica e desenvolvimento do seu grupo de colaboradores.

3. Desempenho Econômico e Financeiro: 3.1 Desempenho: As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. são definidas pela AGETRANS. Em agosto de 2017, tivemos os reajustes das tarifas. A Tarifa Básica de Pedágio (TBP) foi reajustada de R\$ 11,00 para R\$ 11,30 e Tarifa Básica com Adicional (TBA) foi reajustada de R\$ 18,30 para R\$ 18,80. No ano de 2017 a receita operacional bruta da Companhia atingiu o valor de R\$ 121,3 milhões com as atividades de transporte rodoviário e receitas acessórias, acréscimo de 10,12% sobre o obtido em 2016. Este ganho é explicado pelo aumento de 5,5%, no tráfego da rodovia, quando comparado com 2016, influenciado pelos baixos índices de chuvas e pelas altas temperaturas, gerando acréscimo no fluxo de turistas para a região. Neste mesmo ano tivemos um resultado líquido no valor de R\$ 31,1 milhões, superior em 73% quando comparamos com o ano de 2016. O acréscimo no lucro líquido é explicado principalmente pelo aumento das receitas operacionais, diminuição da depreciação e amortização (devido à extensão do prazo de concessão) e melhor resultado financeiro (redução das taxas do CDI e IPCA), o que gerou menores juros dos financiamentos. No ano de 2017, foram realizados aproximadamente R\$ 7,5 milhões em investimentos, destacando-se o investimento na modernização da praça de pedágio e a obra de melhoria da segurança viária que contemplou a implantação dos dispositivos de separação de pistas, readequação das sinalizações, alargamento das pistas, pavimentação dos acostamentos, novos sistemas de drenagem, implantação de passarelas e construção de retornos e travessias de pedestres. Foi realizado no ano de 2017 o pagamento de dividendos no valor de R\$ 28.963 mil: R\$ 7.709 mil relativos ao resultado remanescente do ano de 2016, R\$ 20.013 mil referente ao lucro líquido apurado até terceiro trimestre de 2017 e R\$ 1.241 mil referente a parte do saldo da reserva de retenção de lucros.

4. Sustentabilidade: 4.1 Desempenho Social: 4.1.1 Capital Social e de Relacionamento - Stakeholders: No âmbito de atuação da responsabilidade corporativa, um dos maiores investimentos socioeducativos da Companhia é o

Programa Caminhos para a Cidadania, que contribui no desenvolvimento de cidadãos mais conscientes com o trânsito e o meio ambiente. Em 2017, na região de abrangência da CCR ViaLagos, o Programa atendeu a 19 mil alunos e 500 professores dos municípios de Rio Bonito, Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio, com aulas de educação para o trânsito, cidadania e meio ambiente. Além disso, em 2017, a CCR ViaLagos levou projetos culturais itinerantes para a Região dos Lagos: Buzum!, Cine em Cena, Teatro a Bordo e Photo Truck. **4.2 Desempenho Ambiental: 4.2.1 Capital Manufaturado:** No ano de 2017 tivemos uma redução de 5,2% no índice de mortalidade na rodovia, quando comparado com 2016. A obra de implantação dos dispositivos de separação de pistas contribuiu diretamente para a redução deste índice. Quando comparado com o período anterior a implantação dos dispositivos de separação das pistas (2010 a 2012), a redução no índice de mortalidade chega a 83%.

5. Considerações Finais: 5.1 Agradecimentos: A Administração da CCR ViaLagos agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transporte Aquaviário, Ferroviário e Metroviário e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANS), aos usuários, financiadores e instituições financeiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento que contribuíram para os resultados alcançados pela Concessionária em 2017. **5.2 Auditores Independentes:** Informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. Rio Bonito, 23 de fevereiro de 2018. A Administração.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	6	2.335	28.368
Aplicações financeiras	6	39.530	-
Contas a receber	7	4.249	4.084
Contas a receber - partes relacionadas	10	135	-
Impostos a recuperar		187	2.944
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	430	430
Adiantamentos a fornecedores		-	34
Despesas antecipadas e outras		436	543
Total do ativo circulante		47.302	36.403
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos diferidos	8b	-	1.856
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	7.780	8.210
Depósitos judiciais e outros		449	560
		8.229	10.626
Imobilizado			
Intangível	11	12.006	10.706
	12	229.781	232.032
Total do ativo não circulante		250.016	253.364
Total do ativo		297.318	289.767

Passivo

Passivo	Nota	2017	2016
Circulante			
Debêntures	13	71.179	6.960
Fornecedores	14	4.066	6.153
Fornecedores - partes relacionadas	10	455	386
Imposto de renda e contribuição social		1.173	846
Impostos e contribuições a recolher		1.404	1.547
Obrigações sociais e trabalhistas		3.183	2.308
Obrigações com o poder concedente		55	51
Provisão de manutenção	16	3.556	3.766
Juros sobre capital próprio		1.227	-
Outras contas a pagar		130	179
Total do passivo circulante		86.428	22.196
Não circulante			
Debêntures	13	168.974	228.771
Impostos diferidos	8b	1.796	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15	4.825	4.433
Provisão de manutenção	16	6.902	6.744
Total do passivo não circulante		182.497	239.948

Patrimônio líquido

Patrimônio líquido	Nota	2017	2016
Capital social	17a	12.550	12.550
Reserva de lucros	17c	15.843	15.073
Total do patrimônio líquido		28.393	27.623
Total do passivo e patrimônio líquido		297.318	289.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida			
18		111.343	117.579
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(2.012)	(18.442)
Provisão de manutenção	16	793	(960)
Depreciação e amortização	11 e 12	(6.090)	(9.226)
Custo da outorga		(430)	(430)
Serviços		(6.576)	(5.389)
Custo com pessoal		(8.719)	(8.205)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.153)	(1.035)
Outros		(2.111)	(2.033)
		(26.298)	(45.720)
Resultado bruto		85.045	71.859
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(7.013)	(5.241)
Serviços		(6.442)	(6.551)
Materiais, equipamentos e veículos		(257)	(252)
Outras		(2.683)	(2.925)
		(16.395)	(14.969)
Despesas/Receitas Operacionais		(54)	417
Resultado antes do resultado financeiro		68.596	57.307
Resultado financeiro	19	(21.913)	(30.202)
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		46.683	27.105
Imposto de renda e contribuição social	8a	(15.506)	(9.122)
Lucro líquido do exercício		31.177	17.983
Lucro líquido por ação			
Lucro por ação	17e	0,88652	0,51135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A., constituída em 10 de dezembro de 1996, tem como objetivo principal realizar sob o regime de concessão de serviço público precedido de obras públicas, a exploração da ligação viária Rio Bonito-Araruama-São Pedro D'Aldeia (RJ-124). A concessão prevê a prestação de serviços aos usuários e obras de recuperação, ampliação, manutenção, conservação e operação da RJ-124 mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente (Governo do Estado do Rio de Janeiro) pela outorga da concessão. O prazo de concessão inicial era de 25 anos, contados a partir da ordem de início expedida pelo DER-RJ em janeiro de 1997. Com a aprovação do Poder Concedente, por meio de processo para reformulação do contrato com objetivo de reduzir as tarifas de pedágio e incluir investimentos para obras de melhoria das condições de conforto e segurança da rodovia, o prazo de concessão foi estendido por mais 25 anos sendo, inicialmente até janeiro de 2037, por meio do 8º Termo Aditivo, publicado no DOE em dezembro de 2011, e, recentemente, estendido até janeiro de 2047, por meio do 10º Termo Aditivo, publicado no DOE em dezembro de 2016. A partir desses aditivos, a Concessionária realizou investimentos de cerca de R\$ 200 milhões nas referidas obras. Entre as principais melhorias, destacam-se: a implantação da divisória metálica entre as pistas, alargamento das pistas nos dois sentidos; estruturação e pavimentação dos acostamentos, novos sistemas de drenagem e sinalização, implantação de passarelas; construção de retornos e travessias de pedestres. Com essa importante obra na melhoria da infraestrutura da rodovia, houve redução expressiva nos números de acidentes e vítimas na Rodovia dos Lagos (RJ-124). Os investimentos realizados pela CCR ViaLagos ainda contribuirão para que a rodovia fosse muito bem avaliada na 20ª edição da Pesquisa CNT de Rodovias 2016, divulgada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). Pelo segundo ano consecutivo a RJ-124 foi novamente a única, dentre todas as rodovias que cortam

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Estatutária	Retenção de lucros			
Saldo em 1º de janeiro de 2016	12.550	2.509	1.008	3.757	-	-	19.824
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	17.983
Destinações:							
Reserva Legal	17b	-	1	-	-	-	(1)
Distribuição de dividendos intermediários em 17 de novembro de 2016	17e	-	-	-	-	-	(10.184)
Reserva estatutária	17c	-	-	90	-	-	(90)
Dividendo adicional proposto	17e	-	-	-	2.525	-	(2.525)
Reserva de retenção de lucros	17d	-	-	-	-	5.183	(5.183)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	12.550	2.510	1.098	8.940	2.525	-	27.623
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	31.177
Destinações:							
Reserva estatutária	17c	-	-	156	-	-	(156)
Distribuição de dividendos intermediários em 27 de abril de 2017	17e	-	-	-	(5.184)	-	(5.184)
Distribuição de dividendos intermediários em 27 de outubro de 2017	17e	-	-	-	(1.241)	-	(20.013)
Dividendo adicional pago em 27 de abril de 2017	17e	-	-	-	-	(2.525)	(2.525)
Juros sobre capital próprio	17f	-	-	-	(1.444)	-	(1.444)
Dividendo adicional proposto	17e	-	-	-	-	3.400	(3.400)
Reserva de retenção de lucros	17d	-	-	-	-	-	(7.608)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.550	2.510	1.254	8.679	3.400	-	28.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	31.177	17.983
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.652	2.432
Apropriação de despesas antecipadas	430	430
Depreciação e amortização	6.090	9.226
Baixa de ativo imobilizado e intangível	216	171
Juros e variação monetária sobre empréstimos e debêntures	24.930	32.727
Capitalização dos custos de empréstimos	(782)	(822)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	735	781
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(6)	(116)
Constituição da provisão de manutenção	(793)	960
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	1.155	1.093
	35.627	46.882

Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos

Contas a receber	(159)	(3.603)
Contas a receber - partes relacionadas	(2.561)	4.307
Impostos a recuperar	2.757	2.131
Despesas antecipadas e outras	218	(404)
Adiantamentos a fornecedores	34	966
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(2.087)	3.016
Fornecedores - partes relacionadas	2.495	22
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	9.126	4.595
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(8.942)	(3.518)
Obrigações sociais e trabalhistas	875	(18)
Pagamentos com riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	(343)	(172)
Realização provisão de manutenção	(414)	(113)
Obrigações com o poder concedente	4	(1)
Outras contas a pagar	(49)	(74)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	67.758	71.999

Fluxos de caixa das atividades de investimento

Aquisição de ativo imobilizado	(2.547)	(1.235)
Adições ao ativo intangível	(2.026)	(18.438)
Aplicações financeiras	(39.530)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(44.103)	(19.673)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Financiamentos e arrendamento mercantil	-	64.302
Captações	-	(67.000)
Pagamentos de principal	(20.508)	(20.819)
Pagamentos de juros	(29.180)	(11.288)
Dividendos e JCP pagos	(49.688)	(34.805)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento (Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(26.033)	17.521

Demonstração de aumento do caixa e equivalentes de caixa

No início do exercício	28.368	10.847
No final do exercício	2.335	28.368
	(26.033)	17.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	31.177	17.983
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	31.177	17.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. • Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Passivos financeiros não derivativos: Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. • Instrumentos financeiros derivativos: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício, exceto quanto à porção efetiva das variações no valor justo do derivativo, quando da aplicação do hedge de fluxo de caixa. • Capital social – ações ordinárias e preferenciais: Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **f) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. **g) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **h) Ativo imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses



Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ/MF nº 01.612.234/0001-52

continuação

apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade do PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. **l) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **l) Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações recorrentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **k) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **l) Benefícios a empregados:** Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **m) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração. **n) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuído aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. **o) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **p) Novas Normas e Interpretações ainda não efetivos:** A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30/IAS 18 - Receitas, CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e a CPC 30/IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflète a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Com base em sua avaliação, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30/IAS 18 e CPC 17/IAS 11), em relação ao reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme

requerido pelo ICPC 01/IFRIC 12, já reconhecidas hoje de forma desagregada. Contudo espera-se que as notas explicativas às Demonstrações Financeiras venham a ser ampliadas. A Companhia planeja adotar a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47, referentes ao período comparativo apresentado. **IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** O CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. • Classificação - Ativos Financeiros: O CPC 48/IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos. • Redução no valor recuperável (*Impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais: A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de ativos contratuais. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e - Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo sobre seus ativos financeiros. • Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras: A Companhia considera que o seu caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes e, portanto, não espera reconhecimentos materiais de *impairment* na adoção do CPC 48/IFRS 9 neste quesito. • Classificação - Passivos Financeiros: O CPC 48/IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48/IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: - O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA; e - O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A avaliação preliminar da Companhia não indicou impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018. **IFRS 16 Leases (Arrendamentos):** A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. É efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá sua adoção por parte da Companhia. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia, que na data destas Demonstrações Financeiras são imateriais e, portanto, não divulgados em nota explicativa. Consequentemente, não se espera que a adoção da IFRS 16 afete nossa capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, financiamentos e debêntures. Entretanto, o impacto dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento. A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. **Outras alterações:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. - Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28; - ICPC 21/IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiamento. Com relação à IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019. **3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 23 de fevereiro de 2018, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado. • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota
2a Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC01 (R1)
7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa
8b Impostos diferidos
11 Depreciação do ativo imobilizado
12 Amortização dos ativos intangíveis
15 Provisão para riscos
16 Provisão de manutenção
20 Instrumentos financeiros
4. **Determinação dos valores justos:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. • Investimentos em títulos financeiros: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros. **Operações de swap de juros:** Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer reduções nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da London Interbank Offered Rate (Libor); (2) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais; (3) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e 20. As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	-	-	169.652	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	4.251	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar - partes relacionadas	2.881	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	1.227	-	-	-	-
(a) Valores brutos dos custos de transação.					

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixas e bancos	2.335	1.869
Aplicações financeiras	-	26.499
	2.335	28.368
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	39.530	-
	39.530	-

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 99,32% do CDI, equivalente a 9,83% ao ano (99,42% do CDI, equivalente a 13,78% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2016).

	2017	2016
7. Contas a receber		
Pedágio eletrônico (a)	4.157	3.970
Receitas acessórias (b)	113	130
Receitas de arrecadação - PEX (a)	72	83
	4.342	4.183
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(93)	(99)
	4.249	4.084

	2017	2016
Idade de vencimento dos títulos		
Créditos a vencer	4.217	4.005
Créditos vencidos até 60 dias	32	78
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	1
Créditos vencidos de 91 a 360 dias	93	99
	4.342	4.183

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e (c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) - É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia. **8. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2017	2016
		(Reclassificado) (*)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	46.683	27.105
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (15,872)	(9.216)	(9.216)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivo relativo ao imposto de renda	541	308
Outros ajustes tributários	(8)	22
Outros ajustes RTT	16	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(551)	(148)
Despesas indedutíveis	(127)	(88)
Juros sobre capital próprio	491	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(15.506)	(9.122)
Impostos correntes	(11.854)	(6.690)
Impostos diferidos	(3.652)	(2.432)
Alíquota efetiva de impostos	33,22%	33,65%

	2017	2016
Bases ativas		(Reclassificado) (*)
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	-	4.021
Provisão para participação nos resultados (PLR)	312	173
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	32	34
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	1.640	1.507
Constituição da provisão de manutenção	3.557	3.573
Provisão para fornecedores	-	12
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	6.636	25.222
	12.177	34.542

	2017	2016
Bases passivas		
Ganhos de operações com derivativos	-	(15.298)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(13.973)	(17.388)
	(13.973)	(32.686)

Passivo diferido líquido (1.796) 1.856

(*) Reclassificação da abertura entre linhas para melhor apresentação.

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

	2017	2016
9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão		
Circulante	430	430
Não circulante	7.780	8.210
	8.210	8.640

A Companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão, tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado durante o período de concessão.

10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

continua



Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ/MF nº 01.612.234/0001-52

continuação

	2017				
	Transações		Saldos		
	Serviços prestados	Imobilizado/Intangível/Receitas	Ativo Receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar	
Controladora CCR (a)	2.593	-	-	-	203
Outras partes relacionadas					
CPC (b)	2.731	-	2	-	250
Samm (c)	-	-	55	133	-
Barcas (d)	-	-	-	-	2
Total circulante, 31 de dezembro de 2017	5.324	-	55	135	455
Total, 31 de dezembro de 2017	5.324	-	55	135	455
Total, 31 de dezembro de 2016	4.702	229	-	-	386

Despesas com profissionais chaves da administração

	2017	2016
Remuneração (e):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.297	1.271
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	-	-
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	689	-
Complemento de PPR pago no ano anterior pago no ano	1.517	591
Previdência privada	82	92
Seguro de vida	2	2
	3.587	1.956

Na AGO realizada em 10 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.100, na qual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2017	2016
Remuneração dos administradores (e)	820	129

(a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de informática e manutenção executados pela CPC - Divisão EngelogTec, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (c) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação; (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; e (e) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração.

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2016		2017	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)
Móveis e utensílios	689	-	-	29
Máquinas e equipamentos	3.410	-	-	137
Veículos	3.156	(52)	-	289
Equipamentos operacionais	8.588	-	-	314
Imobilizações em andamento	6.265	3.057	(172)	(1.087)
	22.108	3.057	(224)	(318)
				24.623

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 510 em 2017 (R\$ 513 em 2016). A taxa média de capitalização em 2017 foi de 6,98% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 8,47% a.a. em 2016.

Movimentação da depreciação

	2016		2017	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(438)	(51)	(489)
Máquinas e equipamentos	11	(2.765)	(179)	(2.944)
Veículos	25	(1.962)	(517)	(2.471)
Equipamentos operacionais	14	(6.237)	(476)	(6.713)
		(11.402)	(1.223)	(12.617)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

12. Ativos Intangíveis: Movimentação do custo

	2016		2017	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	294.354	2.291	(1)	296.644
Direitos de uso de sistemas informatizados	1.319	7	319	1.645
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	290	-	-	290
	295.963	2.298	318	298.579

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 272 em 2017 (R\$ 309 em 2016). A taxa média de capitalização em 2017 foi de 6,98% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 8,47% a.a. em 2016.

Movimentação da amortização

	2016		2017	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(62.844)	(4.716)	(67.560)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(809)	(146)	(955)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(278)	(5)	(283)
		(63.931)	(4.867)	(68.798)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; (b) Amortização pela curva de benefício econômico.

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2017	Vencimento final	Saldo	
						2017	2016
(1) 2ª Emissão - Série única	IPCA + 7,34% a.a.	7,6594% (a)	1.870	1.067	Julho de 2020	174.110	168.995 (c)
(2) 3ª Emissão - Série única	118% do CDI	0,5407% (b)	697	117	Abril de 2018	66.043	66.736 (c)
Total geral				1.184		240.153	235.731
						2017	2016
Circulante						71.685	7.671
Debêntures						(506)	(711)
Custos de transação						71.179	6.960
Não Circulante						169.652	229.955
Debêntures						(678)	(1.184)
Custos de transação						168.974	228.771

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis. (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. (c) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2017
2020	169.652

A Companhia possui contratos financeiros, como debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabeleçam vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. 1. Em 15 de julho de 2015, foi realizada a 2ª emissão de debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografia, enquadrada sob a Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria nº 159 do Ministério dos Transportes de 16 de julho de 2015, com valor nominal total de R\$ 150.000 e vencimento em 15 de julho de 2020. As debêntures têm remuneração de IPCA + 7,34% a.a., o primeiro pagamento de juros semestrais tem início em 15 de janeiro de 2016. O principal será pago no vencimento da operação. As debêntures não contam com garantias de qualquer natureza. Dentro dos critérios de vencimento antecipado está o pagamento de dividendos pela emissora: (i) em qualquer valor, caso a emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal e/ou juros nos termos da escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) em valor superior ao mínimo legal mencionado acima, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4, utilizando o método de verificação e as definições de Dívida Líquida e EBITDA previstos na escritura. 2. Em 11 de abril de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, no valor total de R\$ 65.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos, sem qualquer tipo de garantia. A amortização do principal ocorrerá no vencimento, em 11 de abril de 2018, e os juros serão pagos semestralmente, com remuneração de 118,0% do CDI. Um dos principais critérios para o vencimento antecipado é a distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado seja superior a 4 (quatro) vezes, exceto se a emissora apresentar carta de fiança bancária.

14. Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	1.413	2.962
Cauções e retenções contratuais (b)	2.641	3.185
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	12	6
	4.066	6.153

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços administrativos, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2016		2017	
	Saldo Inicial	Constituição	Pagamentos	Atualização monetária
Não circulante				
Cíveis e administrativos	2.573	78	(98)	324
Trabalhistas e previdenciários	103	-	(91)	37
Tributários	1.757	-	-	142
	4.433	78	(189)	503
				4.825

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 132 e R\$ 22, respectivamente (R\$ 373 e R\$ 149, respectivamente em 2016). A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciários, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2017	2016
Cíveis e administrativos	1.102	307
Trabalhistas e previdenciários	71	25
	1.173	332

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro 2017 é de R\$ 949 (R\$ 918 em 31 de dezembro de 2016)

16. Provisão de manutenção

	2016		2017	
	Saldo Inicial	Constituição/reversão de provisão a valor presente	Reversão de provisão a valor presente	Realização
Circulante	3.766	(1.003)	1.207	(414)
Não circulante	6.744	210	(52)	-
	10.510	(793)	1.155	(414)
				10.458

As taxas anuais de 2016 e 2017, para cálculo do valor presente, foram de 15,77% e 13,93%, respectivamente.

17. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 12.550, representado por 35.168.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 17.584.000 ordinárias e 17.584.000 preferenciais. b. Reserva Legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c. Reserva estatutária: É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social o qual já foi atendido. d. Reserva de retenção de lucros: Em 31 de dezembro de 2017, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2018. A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão. e. Dividendos: Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 26 de abril de 2017, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, *ad referendum* da próxima AGO, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 5.184, correspondente a R\$ 0,15 por ação, sendo à conta parte da Reserva de Retenção de Lucros. Também ocorreu o pagamento de dividendos à conta de Dividendo Adicional Proposto do exercício de 2016 no montante de R\$ 2.525, correspondente a R\$ 0,07 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 27 de abril de 2017. Em 26 de outubro de 2017, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, *ad referendum* da próxima AGO, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 21.254, correspondente a R\$ 0,60 por ação ordinária, sendo R\$ 1.241 à conta parte da Reserva de Retenção de Lucros e R\$ 20.013 à conta parte dos lucros apurados no período compreendido entre 1º janeiro de 2017 e 30 de setembro de 2017, com pagamento realizado em 27 de outubro de 2017. A Administração propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referente ao exercício de 2016, no montante de R\$ 2.194, a ser submetida à aprovação na próxima AGO.

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	31.177	31.177
(-) Constituição de reserva estatutária	(156)	(156)
Lucro líquido ajustado	31.021	31.021
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	7.755	7.755
Dividendos intermediários pagos	20.013	20.013

f. Juros sobre capital próprio: Em 21 de dezembro de 2017, foi aprovado através da Assembleia Geral Extraordinária o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 1.444 à conta de parte dos lucros apurados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 30 de setembro de 2017, com pagamento até 31 de dezembro de 2018. g. Lucro básico e diluído: A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

	2017	2016
Numerador		
Lucro líquido do exercício	31.177	17.983
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	17.584	17.584
Média ponderada de ações preferenciais (em milhares)	17.584	17.584
Lucro por ação - básico e diluído	0,88652	0,51135

	2017	2016
18. Receitas		
Receitas de pedágio	120.374	109.339
Receitas de construção	2.012	18.442
Receitas acessórias	986	866
Receita bruta	123.372	128.647
Impostos sobre receitas	(10.523)	(9.550)
Abatimentos	(1.506)	(1.518)
Deduções das receitas brutas	(12.029)	(11.068)
Receita líquida	111.343	117.579

19. Resultado financeiro

	2017	2016
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e debêntures	(20.233)	(22.628)
Variação monetária sobre debêntures	(5.513)	(10.280)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.155)	(1.093)
Capitalização de custos dos empréstimos	782	822
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(346)	(491)
	(26.465)	(33.670)

Receitas financeiras

Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	816	181
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.472	2.665
Juros e outras receitas financeiras	264	622
	4.552	3.468
	(21.913)	(30.202)

20. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da controlada. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2017. Para apoio ao Conselho de Administração da Controladora CCR S.A., nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

Ativos	2017		2016	
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e ro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e ro mensurado ao custo amortizado
Aplicações financeiras	39.530	-	26.499	-
Contas a receber	-	4.249	-	4.084
Contas a receber - partes relacionadas	-	2.561	-	-
Passivos				
Debêntures (a)	-	(240.153)	-	(235.731)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(4.251)	-	(6.332)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	(2.881)	-	(386)
Juros sobre capital próprio	-	1.227	-	-
	39.530	6.810	26.499	4.084
				(242.449)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações; • **Contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações; • **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2017		2016	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	241.337	255.606		



Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ/MF nº 01.612.234/0001-52

continuação

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽¹⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros						
Debêntures - 3ª Emissão	Aumento do CDI	Abril de 2018	66.160	(1.440)	(1.790)	(2.136)
Debêntures - 2ª Emissão	Aumento do IPC-A	Julho de 2020	175.177	(18.405)	(19.792)	(21.179)
Aplicação financeira (Menkarll)	Diminuição do CDI ⁽⁴⁾		39.530	2.705	3.381	4.057
Total do efeitos de ganho ou (perda)				(17.140)	(18.201)	(19.258)
As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:						
	CDI ⁽²⁾			6,89%	8,61%	10,34%
	IPC-A ⁽³⁾			2,95%	3,69%	4,43%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo. Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 29/12/2017, divulgada pela B3/CETIP; (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE; (4) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira; e (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de

juros em 31/12/2017, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores. **21. Compromissos vinculados a contratos de concessão:** A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reajustes firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário.

	2017	2016
Compromisso de investimento	47.561	53.250

22. Demonstração dos fluxos de caixa: a) A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos. b) **Reconciliação das atividades de financiamento**

	Dividendos Capital		
	Debêntures	a pagar social	Total
Saldo Inicial	(235.731)	-	(248.281)
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento			
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	20.508	29.180	49.688
Outras variações			
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(24.930)	-	(24.930)
Constituição de dividendos a pagar	-	(29.180)	(29.180)
Total das outras variações	(24.930)	(29.180)	(54.110)
Saldo Final	(240.153)	-	(252.703)

Composição do Conselho de Administração	
José Braz Cioffi - Presidente do Conselho	
Guilherme Motta Gomes - Conselheiro	
João Daniel Marques da Silva - Conselheiro	

Composição da Diretoria	
Márcio Roberto de Moraes Silva - Diretor Presidente; Francisco Pierrini - Diretor Operacional	

Contador - Hélio Aurélio da Silva - CRC 1SP129452/O-3 S/RJ

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

divulgados relativos as principais contingências que a Companhia está envolvida. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração das provisões e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras comparativas da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (Companhia) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 3 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrivemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Id: 2088128

AEROPART PARTICIPAÇÕES AEROPORTUÁRIAS S.A.

CNPJ/MF nº 12.779.675/0001-60

Balanco patrimonial em 31/12/2017				Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2017										
Ativo	2017	2016	Passivo	2017	2016	Receita Líquida	2017	2016						
Circulante	1.770.534	716.670	Circulante	10.312	62.610	(-) Custos	-	-						
Caixa e equivalentes de caixa	1.650.392	544.768	Fornecedores	341	-	(=) Lucro Bruto	-	-						
Impostos a recuperar	120.142	171.902	Obrigações tributárias	9.170	62.610	(-) Despesas Operacionais	(3.262.509)	1.406.975						
Não Circulante	9.348.072	13.648.435	Obrigações trabalhistas	801	-	Despesas gerais e administrativas	(6.644)	(698)						
Depósitos Judiciais	125.485	-	Não Circulante	-	40.000	Despesas com Serviços Prestados Pessoa Jurídica	(234.977)	(91.339)						
Investimentos	9.222.587	13.648.435	Contas a pagar de participações societárias	-	40.000	Despesa com Pessoal	(29.758)	-						
Total do Ativo	11.118.606	14.365.105	Patrimônio Líquido	11.108.294	14.262.495	Outras Despesas Gerais	(25)	-						
Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2017				Capital social	12.068.582	10.591.074	Despesas Tributárias	(5.257)	(9.494)					
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2017	2016	Reserva Legal	-	224.331	Resultado de participação societária	(2.985.848)	1.508.507						
Lucro Líquido	(3.154.201)	737.589	Reserva de Investimentos	-	423.679	Resultado Financeiro: Receitas e Despesas Financeiras	109.862	(650.239)						
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.674.877	(1.508.507)	Reserva de Capital	-	845.117	(=) Lucro antes dos impostos	(3.152.647)	756.736						
Variáveis nos ativos e passivos	(479.324)	(770.918)	Adiantamento para futuro aumento Capital	77	1.477.584	Imposto de Renda e Contribuição Social: Corrente	(1.554)	(19.147)						
Tributos a recuperar	51.760	(164.483)	Resultado acumulado	(960.364)	700.710	(=) Lucro/ (Prejuízo) do período	(3.154.201)	737.589						
Depósitos Judiciais	125.485	-	Total do Passivo	11.118.606	14.365.105	Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2017								
Fornecedores	341	-	Capital social	10.591.074	845.117	Capital Subscrito	Reserva de Capital	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva Legal	Reservas de Investimentos	Resultado Acumulado	Total		
Obrigações Fiscais e Sociais	(52.639)	57.028	Saldo em 31 de dezembro de 2015	10.591.074	845.117	10.591.074	845.117	77	187.452	423.679	700.710	12.047.399		
Contas a pagar de participações societárias	(40.000)	40.000	Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	36.879	-	-	-	1.477.507		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(394.376)	(838.373)	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.477.507	-	-	-	1.477.507		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	2017	2016	Saldos em 31 de dezembro de 2016	10.591.074	845.117	10.591.074	845.117	1.477.584	224.331	423.679	700.710	14.262.495		
Investimentos	-	(4.401.974)	Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	3.154.201	3.154.201		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.401.974)	(4.401.974)	Destinação do resultado do exercício	-	845.117	-	845.117	-	224.331	423.679	1.493.128	-		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	2017	2016	Integralização de Capital	1.477.507	-	1.477.507	-	-	-	-	-	-		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.477.507	Saldos em 31 de dezembro de 2017	12.068.582	-	12.068.582	-	77	-	-	960.364	11.108.294		
Participações societárias	1.500.000	-	ceiros. A liquidação de transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Aeropart Participações Aeroportuárias S.A. revisa estas estimativas e premissas pelo menos anualmente. c. Ativos Circulantes e Não Circulantes. • Caixa e Equivalentes de Caixa. Compreendem o saldo em caixa, de depósitos bancários e de aplicações financeiras que estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. • Demais Ativos Circulantes. São apresentados pelo valor líquido de realização. • Investimentos Permanentes. Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. d. Passivos Circulantes e Não Circulantes. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. e. Provisões. Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Cia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões, quando aplicável, são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. f. Imposto de Renda e Contribuição Social. A Cia optou por apurar o imposto de renda com base no lucro real. g. Lucro por ação. É calculado com base no número total de ações, na data do balanço patrimonial.											
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	1.500.000	1.477.507	4. Caixa e Equivalentes de Caixa											
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.105.624	(3.762.840)	Bancos											
Caixa e equivalentes de caixa no Início do Exercício	544.768	4.307.608	2017											
Caixa e equivalentes de caixa no Final do Exercício	1.650.392	544.768	2016											
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2017 e 2016														
1. Contexto Operacional. A Aeropart Participações Aeroportuárias S.A. (Cia) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede no Rio de Janeiro-RJ. Tem como objetivo social participar de outras sociedades sob qualquer forma em direito permitida. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras. As demonstrações foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. 3. Resumo das principais práticas contábeis. a. Auração do Lucro (Prejuízo) do exercício. É feita em conformidade com o regime contábil de competência. b. Estimativas contábeis. A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a avaliação de contingências e mensuração de instrumentos finan-														

Grant Thornton Outsourcing - Serviços Contábeis Ltda Christian Ramos Pitanga - CRC RJ 079897/O-0

Id: 2087951

GO4 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ/MF Nº 09.303.353/0001-35 - NIRE 33.3.0029741-3
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2018: 1. Data, Hora e Local: Aos 19 dias do mês de fevereiro de 2018, às 11:00 horas, na sede da GO4 Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), na Av. Rio Branco, nº 108, Sala 2501 - parte, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20040-001. 2. **Presença e Convocação:** Dispensada a convocação em virtude da presença de acio-nista representando a to-

talidade do capital social da Companhia, conforme estabelece o parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"). 3. **Mesa:** Presidente: Sr. Augusto Cesar Calazans Lopes; Secretária: Sra. Ana Luisa Leão Flaksman. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar a respeito da Segunda Emissão Privada de Debêntures Simples da Companhia, em série única, no valor total de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), bem como sobre as princi-pais características desta emissão de debêntures e a destinação dos recursos obtidos. 5. **Deliberações Tomadas pela Unanimidade dos Presentes:** 5.1 Autorizar a lavra-

tura da presente ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das S.A. 5.2. Aprovar, nos termos do artigo 59, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), a Segunda Emissão Privada de Debêntures Simples da Companhia, em série única, no valor total correspondente a R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), com as seguintes principais características: a) **Número da Emissão:** Segunda Emissão; b) **Série:** Série única; c) **Valor Total da Emissão:** R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), na Data de Emissão; d) **Quantidade de Debêntures:** 22.000 (vinte e duas mil) Debêntures; e) **Colocação:**